

Modos individuados de relação ao trabalho dos formadores de adultos na sociedade portuguesa: A fabricação de identidades híbridas e incertas num contexto hegemónico do novo precariado flexível

João Eduardo Martins
jrmartins@ualg.pt
Universidade do Algarve

Resumo

Com este texto pretende-se divulgar os resultados parciais de uma investigação de doutoramento em Sociologia realizada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa em que uma das dimensões em análise esteve directamente relacionada com os modos individuados de relação ao trabalho dos formadores de educação básica de adultos no âmbito do programa de políticas públicas Iniciativa Novas Oportunidades. Tendo como um dos olhares teóricos centrais a sociologia da individuação e procurando a investigação compreender em profundidade os modos de apropriação desta medida de política educativa a partir da perspectiva dos actores que têm a responsabilidade de a implementar, foi possível constatar que os modos individuados de relação ao trabalho dos formadores de adultos estão marcados socialmente pela fabricação de identidades híbridas e incertas e pelo modelo hegemónico da precariedade flexível. Este modelo que é claramente dominante da condição face ao trabalho dos formadores está em consonância com as exigências do novo espírito do capitalismo. Instalados na precariedade, a maior parte destes indivíduos querem-se adaptáveis, flexíveis, disponíveis a todo o momento para as necessidades do mercado da formação e estão socialmente marcados por uma identidade projecto.

Palavras-chave: Formadores de adultos; Identidades incertas; Precariado flexível; Sociologia da Individuação

Introdução

Este artigo tem como principal objectivo a produção de uma reflexão analítica, a partir da sociologia, em torno da condição face ao trabalho e da fabricação das identidades profissionais dos técnicos/formadores de educação de adultos que exerceram a sua actividade no âmbito da Iniciativa Novas Oportunidades (INO). Mobilizam-se os resultados parciais de uma investigação de doutoramento em Sociologia levada a cabo na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa intitulada “*Das Políticas às Práticas De Educação De Adultos: Lógicas de Acção, Sentidos e Modos de Apropriação Localmente Produzidos*” e que teve como finalidade compreender sociologicamente os modos como a medida se enraiza localmente nos terrenos da acção pública. Um dos principais eixos de análise desenvolvidos na tese diz respeito aos modos individuados de ser formador de adultos. São alguns resultados de investigação resultantes deste eixo analítico que trazemos aqui à discussão. Num contexto de transformação das relações laborais em Portugal e tendo como pano de fundo as políticas austeritárias a nossa

reflexão faz-se a partir de três questões analíticas centrais: - Quem são os formadores de adultos? Quais os principais modelos da sua condição face ao trabalho? Como se reconfiguram as suas identidades num contexto hegemónico do novo precariado flexível? Do ponto de vista metodológico a investigação situa-se do lado das sociologias interpretativas e das metodologias qualitativas e procurou conciliar um esquema de inteligibilidade¹ actancial com um esquema estrutural. Foram realizadas 30 entrevistas semi-estruturadas a formadores de cursos EFA e a técnicos de RVCC dos Centros Novas Oportunidades (CNO) numa associação de desenvolvimento local e num centro de formação profissional da região do Algarve. O material empírico foi sujeito à análise estrutural de conteúdo (Hiernaux, 1997) de modo a identificar os modelos culturais que orientam a conduta dos actores ao nível das suas práticas sociais. Do ponto de vista teórico interessa-nos aqui salientar como principais orientações a sociologia da individuação (Martucelli, 2006) e o conceito de precarização do trabalho tal como proposto por Diogo (2012). A sociologia da individuação ganha especial relevância porque é uma sociologia que parte dos indivíduos mas não se limita a esse nível analítico, o das existências individuais. É uma macrosociologia que procura compreender a partir dos indivíduos como uma determinada singularidade societal, histórica e espacialmente situada, produz determinados modos individuados de existência social. Quanto ao conceito de precarização utilizado na análise recorremos a uma definição simples, abrangente e clarificadora que sem ser simplista nos permite avançar na análise: *“considera-se que emprego precário se opõe a emprego fixo, sem termo, seguro. Define-se, pois, a precariedade, por exclusão de partes: é precário o que não é permanente ou efectivo, o que sai fora da norma”* (Diogo, 2012).

Quem são os formadores de adultos? Alguns atributos caracterizadores

O conjunto da nossa amostra é constituído por um total de 30 entrevistados sendo 17 deles do género feminino e 13 do género masculino. As idades dos entrevistados variam entre a idade mínima de 28 anos e a idade máxima de 63 anos, sendo a média de idades dos técnicos envolvidos na formação de aproximadamente 37 anos, o que nos permite dizer que estamos perante uma ocupação que é levada a cabo maioritariamente por *“profissionais”* relativamente

¹ Para uma boa compreensão dos diferentes modos de inteligibilidade do social ver a proposta de Berthelot (1997) que caracteriza o esquema actancial a partir da capacidade de agir dos actores individuais e o esquema estrutural que privilegia uma entrada explicativa do funcionamento do social a partir da análise das estruturas sociais.

jovens. A origem social dos pais dos entrevistados, perspectivada a partir dos indicadores nível de escolaridade e profissão indica, comparativamente às elevadas qualificações de que a maior parte dos formadores é detentor que para a maior parte destes estamos perante trajetórias de mobilidade social ascendente por via da aquisição do capital escolar situando-se estes socialmente na nova pequena burguesia², em contraste com o posicionamento social dos seus pais cuja origem social, na sua maior parte, é manifestamente inferior, quer pelo capital escolar de que são portadores quer pelo estatuto social das posições ocupadas. A estrutura de qualificações dos formadores e dos seus pais põe em confronto uma desigualdade estrutural da sociedade portuguesa podendo-se constatar, o que não deixa de ser interessante, que os pais dos formadores entrevistados poderiam perfeitamente ser seus potenciais “*clientes*” no âmbito da Iniciativa Novas Oportunidades. A caracterização dos atributos dos entrevistados encarregues da implementação desta medida expõe assim brutalmente um dos maiores contrastes do processo de escolarização³ actual. Uma população mais jovem fortemente escolarizada que teve a oportunidade social de levar a cabo trajetórias de escolarização longas e uma população idosa com níveis de escolarização muito baixos e com percursos escolares e formativos de curta duração. A estrutura de qualificações dos formadores, quase todos com formação de nível superior, permite-nos dizer também, tendo em conta as suas áreas de formação, que estamos perante uma enorme diversificação dos perfis de formação que podem abranger profissionais da área da Sociologia, da Psicologia, das Engenharias, da Gestão de Empresas, da Matemática, das Literaturas, etc. É a fragmentação dos percursos formativos aquilo que define o traço comum às trajetórias de formação dos técnicos da formação no que às suas especializações académicas diz respeito. Alguns, poucos, têm especializações ao nível da educação de adultos para além da sua área de formação académica de base, o que não acontece na maioria dos casos. Esta

² Recorremos aqui à tipologia das classes sociais de Bourdieu (1979) para quem a posição dos agentes no espaço social depende do volume e da estrutura do seu capital. Para o caso dos formadores e dos outros técnicos de formação a espécie de capital que predomina no volume global do capital detido é claramente o capital cultural em comparação com o capital económico de que são detentores.

³ Este contraste é bem evidenciado por Almeida e Vieira (2006) no livro “*A escola em Portugal*” onde as autoras a partir da análise da evolução de alguns indicadores de escolarização na sociedade portuguesa assinalam a lenta e tardia modernidade escolar do ponto de vista histórico, uma acelerada escolarização da população jovem nas últimas décadas e uma escolarização da população adulta ainda hoje muito baixa. Dizem-nos estas autoras: “(...) estes dados parecem eloquentes quanto ao fosso geracional que actualmente caracteriza a situação educativa dos portugueses. Uma população adulta ainda muito marcada por baixas ou mesmo nulas qualificações escolares, e pouco convertida a uma educação/formação permanente ou continuada ao longo da vida, coexiste com uma população infantil e juvenil que acede cada vez mais precocemente à instituição escolar e que prolonga douradamente os seus estudos para além dos nove anos de escolaridade obrigatória” (idem:48-49).

diversificação e fragmentação de perfis dos formadores que fazem a sua intervenção na Iniciativa Novas Oportunidades manifesta-se também nos diferentes modos individuados de ser formador de adultos.

A condição face ao trabalho: Entre a estabilidade confortável, a estabilidade instável e a precariedade flexível

Os dados empíricos sobre a condição face ao trabalho dos formadores de educação e formação de adultos que exercem a sua actividade em ligação com a Iniciativa Novas Oportunidades permitiram o esboço de três modelos culturais. O modelo da estabilidade confortável, o modelo da estabilidade instável e o modelo predominante da precarização flexível. O modelo que designámos de estabilização confortável caracteriza-se por uma situação laboral típica que se aproxima do mundo do trabalho à maneira do paradigma fordista do emprego com direitos. Aparecem nesta situação indivíduos que têm a sua “*profissão*” específica fora do mundo social da formação em determinadas áreas técnicas, ou ainda, numa expressão residual, técnicos de formação que ocupam posições chave nas actividades de coordenação e supervisão em determinadas instituições públicas (o caso do Instituto de Emprego e Formação Profissional). São técnicos que fazem parte dos quadros nas organizações onde trabalham, em situação de contratação permanente e que apesar de realizarem a actividade de formação em situação de “*recibo verde*” sentem-se confortáveis com esta situação. A remuneração auferida com a sua ocupação enquanto formadores permite-lhes melhorar a sua condição remuneratória face ao trabalho e para alguns deles isso é um reconhecimento da sua competência técnica enquanto peritos, o que permite o engrandecimento do seu estatuto social. Ocupando uma posição estável naquela que consideram a sua verdadeira “*profissão*” o pagamento instável associado ao mercado da formação é encarado com “*normalidade*”. Estão assegurados os direitos de propriedade social (Castel e Haroche, 2001). O modelo cultural que permite caracterizar a condição estatutária face ao trabalho sobre a forma da “*estabilidade instável*” ou “*estabilidade relativa*” condicionada pela existência ou não de “*projectos*” que o “*mercado dos projectos*” pode oferecer permite-nos dizer que estes técnicos do mundo social da formação são trabalhadores do quadro, na condição de efectivos, sendo que alguns deles têm mesmo uma vinculação contratual de mais de uma dezena de anos às organizações onde trabalham. São

peessoas que têm uma percepção forte da fragilidade da sua condição face ao trabalho: “*sempre soube que isto não era emprego para a vida*” e em quem está muito presente o espectro da incerteza face ao futuro não só da sua condição individual face ao trabalho mas também das próprias entidades para quem trabalham e de que estão encarregues de fazer existir e assegurar a sua reprodução social: “*Uma associação sem fins lucrativos a gente nunca sabe o dia de amanhã*”. A incerteza face ao futuro manifesta-se de forma forte devido ao facto da situação de “*estabilidade instável*” ser uma estabilidade condicionada à existência futura de “*projecto*”. Como nos dizem alguns entrevistados se neste momento têm projecto, não há certezas de que no futuro isso possa acontecer. O espectro da “*não transição*” para novos projectos profissionais é uma ameaça que paira constantemente no ar sobre a sua condição face ao trabalho: “*Se no momento tenho projecto, eu sei que quando acabar aquele projecto posso não ter projecto a seguir*”. Os “*projectos*” muitas vezes dependem de factores externos que os próprios não controlam como é o caso da dependência face à continuação ou não das políticas públicas de educação de adultos no âmbito da INO. Estando a região do Algarve a braços com uma significativa redução dos investimentos estatais na educação e formação de adultos e num contexto em que deixou de haver financiamento às entidades não estatais para levar a cabo novas acções o futuro destes “*profissionais*” está ameaçado a um ponto em que é a sua própria existência como formadores de Educação e Formação de Adultos que é posta em causa. A “*extinção*” ou o “*encolhimento*” sob uma forma forte das políticas publicas de educação de adultos pode significar o fim do “*projecto*” da ocupação de formador: “*Quando acabar o curso EFA que acaba já agora não sei ainda se vou ter ou não enquadramento nalgum projecto*”. O espectro da “*estabilidade instável*” pode ser uma situação duradoura. Mais do que uma situação de transição para uma qualquer nova situação considerada estável de “*emprego seguro*” ele parece ser um estado de evolução do mercado de trabalho no mundo social da formação em que há semelhança da condição salarial em geral a “*subida das incertezas*” (Castel, 2009) é a norma: “*Há quinze anos que é assim*”. O modelo da precarização flexível ou precarização total corresponde ao modelo que é predominante na relação ao estatuto da condição da actividade formativa e que remete para uma nova condição estrutural da sociedade salarial que Castel (1998) classifica como “*instalação na precariedade*”. Estes formadores têm como horizonte profissional um futuro feito de precariedades flexíveis acumuladas. A sua condição face ao

trabalho opõe-se claramente ao que tradicionalmente se designa por formas “*típicas*” de trabalho e insere-se nas formas “*atípicas*” da condição salarial. A sua condição de precariedade “*flexível*” e ao mesmo tempo “*total*” implica que o seu vínculo precário e instável se estabeleça sobre a forma de um contrato de “*prestação de serviços*”, “*independente*” e “*sem direitos*” em que se presta um serviço por um número de horas diminuto e delimitado no tempo sob a forma de “*recibo verde*” e em que a qualquer momento o contrato de prestação de serviços pode ser interrompido. Nesta forma de vínculo laboral não se tem direito a férias, nem a subsídio de férias. Fazer férias implica fazer uma paragem na actividade sem qualquer contrapartida em termos de remuneração. Não se tem direito a subsídio de Natal, subsídio de transporte ou de alimentação. É uma prestação de serviços que “*tem que se cumprir*” e ao qual os formadores têm que se “*adaptar*”. A “*disponibilidade*” para as solicitações do mercado da formação tem que ser total sob pena de se ser facilmente substituível por outro colega que está imediatamente “*disponível*” para aceitar essas propostas face à elevada concorrência no mercado dos formadores. A “*adaptabilidade*” às mais diversas condições de um mercado marcado pela diversidade é outra condição sem a qual dificilmente se resiste à sobrevivência no interior desse mesmo mercado. Um bom desempenho e, talvez mais importante do que isso, uma boa reputação no mercado formativo ou uma imagem criada de excelência podem ser condições essenciais para não ficar sem “*projecto*”. Os “*instalados na precariedade*” são a forma mais pura do “*modelo da competência*” exigido pelo “*Novo Espírito do Capitalismo*” (Boltanski e Chiapello, 1999), o que não deixa de ter custos pessoais e profissionais para muitos dos formadores associados à grande transformação estrutural da subida das incertezas (Castel, 2009). O futuro para uma boa parte dos entrevistados aparece como uma impossibilidade no que toca à capacidade de fazer planos a médio e longo prazo. A vida faz-se no “*aqui*” e “*agora*” à espera da possibilidade de integração imediata num próximo projecto que pode ou não acontecer.

Identidades híbridas e incertas num contexto hegemónico do novo precariado flexível

A análise estrutural de conteúdos às entrevistas com os técnicos que trabalham nos cursos EFA e nas práticas de reconhecimento e validação de competências no âmbito dos CNO permitiram-nos constatar que para uma parte significativa dos formadores e dos outros “*profissionais*” da formação a sua percepção subjectiva à ocupação é vivida sob o modo de uma identidade socio-

profissional incerta, marcada por uma grande ambiguidade e ambivalência, com estes técnicos a revelarem uma grande dificuldade em definirem aquilo que “são” do ponto de vista “*profissional*”. Os resultados investigação permitem-nos dizer que para alguns entrevistados “*é uma questão difícil*” definir qual é a sua profissão; que a profissão percebida “*depende dos projectos*” em que se está a trabalhar “*no momento*”; que há uma grande incerteza face à própria profissionalização do campo da formação que é percebida como tendo uma fraca institucionalização; que há uma enorme fragilidade do reconhecimento profissional e do estatuto social dos formadores e que há uma forte incerteza face ao futuro profissional. A identidade para uma parte dos entrevistados está marcada pelo “*projecto*” do “*momento*” e em muitos casos pelos múltiplos projectos em que cada actor se insere em simultâneo, o que faz com que a actividade de formador possa aparecer diluída noutras identidades concorrentes associadas a outros projectos em que se está envolvido. Noutros casos ainda, a precarização, a fragilidade, a incerteza, e a instabilidade do campo da formação é tão grande que se dúvida ou até se recusa uma qualquer percepção subjectiva da relação à ocupação de formador marcada pela possibilidade da ideia de “*profissionalidade*”. Na Era do Novo Espírito do Capitalismo (Boltanski e Chiapello, 1999), na sociedade organizada por projecto parece já não se poder ser uma coisa em definitivo. Vai-se sendo coisas diferentes consoante os projectos a que se vai estando conectado. O modo individuado de si está em íntima conexão com a singularidade societal de um determinado contexto sócio-histórico. É isso que nos mostra o seguinte excerto ilustrativo:

“Entrevistador – E no seu caso, considera-se profissional da formação? Se eu lhe perguntasse qual é a sua profissão?”

“Entrevistada – Isso é uma questão difícil para todos nós aqui na Associação, isso é engraçado quando tenho que preencher uma ficha qualquer e tenho que preencher qual é a minha função, isso depois também diverge nos projectos a que estou ligada, portanto, neste momento, se eu preencho uma ficha qualquer no médico ou em qualquer sítio, para adquirir qualquer coisa, vamos imaginar eu neste momento ponho formador, que é o que eu sou neste momento, mas é uma dificuldade que tenho sempre, porque se ponho técnico de desenvolvimento local as pessoas não sabem o que é que é isto, enquanto se eu ponho formadora, já mais ou menos sabem. Portanto, neste momento considero que sou formadora mas já tenho estado em projectos aqui com a duração de três a quatro anos e dizer que não sou formadora, sou, sou técnica.”(Formadora e mediadora de um curso EFA numa Associação de Desenvolvimento Local)

A incerteza de si na sua relação à ocupação profissional também pode estar presente nos formadores para quem a formação é a sua actividade ocupacional a tempo inteiro. Neste caso não é a dispersão e a multiplicidade de projectos de características diferenciadas o que está na origem

da fragilidade identitária mas é a própria fragilidade da institucionalização do campo da formação de adultos. Um campo de frágil institucionalização e de grande dependência das políticas públicas estatais faz com que a incerta aposta Estatal nas políticas públicas de educação e formação de adultos leve à própria incerteza na produção de si como “profissional” de formação de adultos. É o frágil reconhecimento societal do campo da educação de adultos que contribui para o frágil reconhecimento de si enquanto formador EFA.

“No teu caso consideras-te uma profissional da formação? É uma pergunta um bocado complicada, eu acho que sou profissional naquilo que faço, agora eu não sei se haverá profissionais na formação exactamente, porque nós não somos reconhecidos, nós não temos um órgão, não temos um sindicato, não somos reconhecidos, nós somos um bocado escravos do trabalho e temos que agarrar tudo o que há, agora imagina eu acabo este curso, a seguir esta entidade já não me vai contratar, portanto, eu tenho é que aproveitar quando há trabalho e aproveitar tudo o que existe.” (Formadora de Matemática para a Vida num curso EFA)

A produção de si por parte destes indivíduos históricos, actores centrais do campo da educação e formação de adultos não pode assim ser desligada da compreensão da singularidade societal que os fabrica.

Conclusão

As identidades profissionais e a condição face ao trabalho dos formadores/técnicos de educação de adultos estão claramente marcadas pela prova da incerteza. A incerteza na prova do trabalho sobre o outro e com o outro no sentido em que não é garantido o sucesso da sua intervenção ao nível da produção da mudança pessoal e social dos públicos destinatários das políticas. A incerteza na construção da sua individualidade e da sua identidade profissional uma vez que navegam num campo de frágil institucionalização e reconhecimento social e estão extraordinariamente dependentes de factores externos de política educativa. Neste sentido ainda, a incerteza face à existência de projectos futuros e à continuidade das suas próprias organizações de trabalho que têm que fazer existir e a incerteza face às lógicas descontinuadas que têm marcado a história das políticas educativas de educação de adultos em Portugal. Com a hegemonia de uma condição face ao trabalho marcada pelas lógicas da precarização flexível (Sennett, 2007; Standing, 2014), com um modelo hegemónico identitário caracterizado pela ambiguidade e pela ambivalência, estes são alguns dos traços principais que marcam o modo individuado da condição dos formadores de adultos no Portugal contemporâneo. Num contexto

em que as políticas à escala europeia prometem austeridade perpétua, pelo menos para os países da Europa do Sul, sob o comando de uma Europa Merlievelica (Beck, 2013) em contexto de crise do euro, perante devastadoras políticas de austeridade que exercem uma enorme pressão para a retracção de um Estado Social (ainda pouco consolidado em Portugal) na direcção de um Estado Mínimo, perante a diminuição do investimento público nas políticas de educação básica de adultos, perante um mercado de trabalho cada vez mais pressionado politicamente para a sua desregulação económica e social pode especular-se que a situação do precariado flexível do mundo social da formação não sofra grandes alterações nos próximos tempos. Os dados revelam também a importância das políticas públicas de educação de adultos não só para fazer face ao atraso estrutural da estrutura de qualificações da população portuguesa mas também na produção e reconfiguração identitária de novos “*professionais*” altamente qualificados no panorama da sociedade portuguesa contemporânea. As políticas públicas têm um papel central na produção societal dos indivíduos.

Bibliografia

- Almeida e Vieira (2006). *A escola em Portugal*. Lisboa: ICS.
- Beck, U. (2013). *A Europa Alemã – De Maquiavel a “Merlievel”: Estratégias de Poder Na Crise Do Euro*. Lisboa: Edições 70.
- Berthelot, J.M. (1997). *A Inteligência do Social*. Porto: Rés Editora.
- Boltanski e Chiapello (1999). *Le Nouvel Esprit Du Capitalisme*. Paris: Éditions Gallimard.
- Bourdieu, P. (1979). *La Distinction*, Paris: Les Éditions de Minuit.
- Castel, R. (1998). *As metamorfoses da questão social. Uma crónica do salário*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Castel, R. e Haroche, C. (2001). *Propriété privée, propriété sociale, propriété de soi. Entretiens sur la construction de l’individu moderne*. Paris: Fayard.
- Castel, R. (2009). *La montée des incertitudes. Travail, protections, statut de l’individu*, Paris: Éditions du Seuil.
- Diogo, F. (2012). *Precariedade no emprego em Portugal e desigualdades sociais: alguns contributos*, CIES: Observatório das Desigualdades.
- Martins, J. (2014). *Das Políticas Às Práticas De Educação De Adultos: Lógicas De Acção, Sentidos E Modos De Apropriação Localmente Produzidos*. Lisboa: Colibri.
- Martuccelli, D. (2006). *Forgé par l’épreuve. L’individu dans la France contemporaine*. Paris: Armand Colin.
- Sennett, R. (2007). *A Corrosão Do Carácter*. Lisboa: Terramar.
- Standing, G. (2014). *O Precariado. A Nova Classe Perigosa*. Lisboa: Editorial Presença.